O envelhecimento populacional é um fenômeno existente no Brasil. Em 2018, o país já ultrapassava o número de 29,6 milhões de pessoas idosas. Entre 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4%, enquanto houve aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária no período. Com isso, pessoas de 30 anos ou mais passaram a representar 56,1% da população total em 2021 (CABRAL, 2022).

A expectativa de vida do brasileiro alcançou 76,3 anos em 2018, sendo a média representativa para os homens, 72,8 anos e para as mulheres, 79,9 anos e, acima de 80 anos, a proporção de mulheres também é superior à dos homens. A população de pessoas idosas no Brasil deve representar 25,5% até 2060 (CABRAL, 2022).

Compreende-se por envelhecimento saudável, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021, n.p), “o processo de desenvolver e manter a capacidade funcional que possibilita o bem-estar na velhice”. A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006) recomenda que as intervenções de saúde voltadas à pessoa idosa possuam abordagem multidisciplinar e multidimensional, devendo ser considerada a intensa relação entre fatores físicos, psicológicos, espirituais, sociais e ambientais capazes de influenciar em sua saúde. São necessárias, portanto, ações que permitam que a pessoa idosa envelheça de forma saudável, com qualidade de vida e moradia digna, especialmente quando não possuem em ambiente familiar (RODRIGUES *et al.*, 2020).

Outro aspecto relevante a considerar, é que no Brasil, entre os anos 1992 e 2012, aproximadamente 4 milhões de pessoas idosas residem sozinhas (RODRIGUES *et al.*, 2020). Esse dado pode ser preocupante, em virtude especialmente daquelas que apresentam limitações e necessidades de cuidados particulares. Nesse sentido, as ILPIs podem contribuir na segurança e conforto desse público, como uma alternativa de colaborar na qualidade de vida dos usuários.